

Juventude e vulnerabilidade ambiental no “Bairro Novo” de Quelimane: entre a exposição ao risco e a capacidade adaptativa

Duarte Januário Paiaia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0904-1138>

RESUMO

O presente artigo analisa as condições de vida dos jovens residentes no Bairro Novo, assentamento periurbano de Quelimane marcado pela informalidade urbana e pela exposição a riscos socioambientais severos. Com base em pesquisa qualitativa (2023-2024), com entrevistas semiestruturadas e observação direta, o estudo examina como os jovens experienciam e respondem à vulnerabilidade ambiental — inundações, ciclones e degradação dos mangais — num contexto de precariedade estrutural e ausência do Estado. Mobilizando os conceitos de vulnerabilidade socioambiental, capacidade adaptativa e informalidade urbana, argumenta-se que os jovens do Bairro Novo não são apenas vítimas passivas, mas também actores que desenvolvem estratégias de sobrevivência criativas e funcionais. Esta dupla condição constitui o núcleo da contribuição teórica do texto, que propõe uma leitura integrada entre urbanização informal, risco climático e economia de sobrevivência juvenil em contextos urbanos africanos.

PALAVRAS-CHAVE

Juventude; Vulnerabilidade Socioambiental; Capacidade Adaptativa; Informalidade Urbana; Quelimane.



Youth and environmental vulnerability in 'Bairro Novo', Quelimane: from risk exposure to adaptive capacity

ABSTRACT

This article examines the living conditions of young residents in Bairro Novo, a peri-urban settlement in Quelimane marked by urban informality and exposure to severe socio-environmental risks. Based on qualitative research (2023-2024), through semi-structured interviews and direct observation, the study explores how young people experience and respond to environmental vulnerability — floods, cyclones, and mangrove degradation — within a context of structural precarity and state absence. Mobilizing the concepts of socio-environmental vulnerability, adaptive capacity, and urban informality, the article argues that the youth of Bairro Novo are not merely passive victims, but also actors who develop creative and functional survival strategies. This dual condition constitutes the core of the text's theoretical contribution, proposing an integrated reading of informal urbanisation, climate risk, and youth survival economies in African urban contexts.

* Mestre em Ciências Sociais – Mundos Urbanos e Desigualdades pela Université Paris VIII (França), e Licenciado em Geografia com especialização em Turismo pela Universidade Licungo (Moçambique). E-mail: duartepaiaia@outlook.com

KEYWORDS

Youth; Socio-Environmental Vulnerability; Adaptive Capacity; Urban Informality; Quelimane

Introdução

Em Moçambique, as cidades crescem mais rapidamente do que as infraestruturas que as deveriam sustentar (Custódio & Maloa, 2018), descompasso visível em Quelimane, capital da Zambézia, onde o crescimento demográfico gera expansão urbana desordenada nas periferias. O Bairro Novo é um dos casos mais emblemáticos desta ocupação informal de zonas frágeis: instalado sobre uma antiga área de mangal, é periodicamente devastado por cheias, marés altas e ciclones, convivendo com a escassez de serviços básicos e a ausência de políticas públicas eficazes.

Os jovens, aqui entendidos como residentes entre os 15 e os 35 anos, representam uma parcela significativa da população do bairro, à semelhança do padrão nacional (cerca de 48%, INE, 2017). Muitos chegaram por êxodo rural; outros nasceram ali. Em todos os casos, vivem na fronteira entre o risco ambiental e a necessidade de sobreviver.

A pesquisa baseou-se em trabalho de campo (Jul-Set 2023 e Jan-Ago 2024), com 23 entrevistas semiestruturadas a moradores do Bairro Novo: 12 jovens, 4 chefes de quarteirão, o secretário do bairro, 3 técnicos do CACQ e 3 líderes comunitários, complementadas por observação direta e produção cartográfica.

No Bairro Novo, a vulnerabilidade climática cruza-se com a ausência de representação institucional e com a precariedade laboral, formando um ciclo de desigualdade que exige respostas integradas: a exposição ao risco ambiental não é apenas uma questão ecológica, mas também política e económica, já que os jovens não têm voz nas decisões sobre o território nem acesso a empregos formais que lhes permitam sair da precariedade.

Este quadro de crises agravou-se após as eleições gerais de 2024 e os protestos que se seguiram. Embora o foco do artigo seja a vulnerabilidade ambiental, a condição juvenil no Bairro Novo é também moldada por essa interseção de crises, em que exclusão territorial, falta de perspectivas económicas e desilusão política se retroalimentam.

O artigo organiza-se em cinco secções: a segunda apresenta o quadro teórico; a terceira caracteriza o Bairro Novo como território de risco; a quarta analisa as estratégias de sobrevivência dos jovens; a quinta problematiza a ausência do Estado; e a conclusão aponta caminhos para políticas de inclusão socioambiental da juventude.

2. Vulnerabilidade, capacidade adaptativa e informalidade: um quadro teórico integrado

A análise da condição juvenil no Bairro Novo exige um quadro conceptual que não reduza os jovens a vítimas passivas nem romantize a sua capacidade de resposta. Para tal, articulam-se aqui três conceitos interdependentes: vulnerabilidade socioambiental, capacidade adaptativa e informalidade urbana.

O conceito de vulnerabilidade socioambiental refere-se à exposição diferencial de grupos sociais aos efeitos de eventos ambientais adversos, condicionada pelas suas capacidades de antecipação, resposta e recuperação (Wisner et al., 2004). No contexto urbano africano, é produzida pela precariedade habitacional, ausência de drenagem e saneamento, irregularidade fundiária e desresponsabilização do Estado (Melo, 2015; Muacuveia, 2019). No Bairro Novo, é amplificada pela localização junto às marés do rio Cuácua, pelos solos argilosos e pela destruição progressiva do mangal (COWI, 2020).

A vulnerabilidade socioambiental não é apenas física: é também social e política, produzida por escolhas de ocupação do território e por padrões de exclusão. Como argumentam Wisner et al. (2004), o risco não é apenas função da intensidade do evento natural, mas da vulnerabilidade das populações expostas. A dos jovens do Bairro Novo não é acidental: resulta de um modelo de urbanização que privilegia o centro em detrimento da periferia, o formal em detrimento do informal, e o capital em detrimento do trabalho.

A capacidade adaptativa afasta-se de uma leitura estruturalista da vulnerabilidade, reconhecendo a capacidade dos atores de responder, negociar e transformar as condições adversas (Giddens, 1984; Cleaver, 2012). Simone (2004) argumenta que as periferias urbanas africanas desenvolvem infraestrutura humana, redes e saberes que substituem funcionalmente as

infraestruturas físicas ausentes — relevante para compreender como os jovens do Bairro Novo constroem ativamente respostas adaptativas.

A capacidade adaptativa dos jovens manifesta-se em múltiplas dimensões: económica, na diversificação de fontes de rendimento e no acesso ao crédito informal; social, na construção de laços de vizinhança que funcionam como redes de segurança e de partilha de informação sobre riscos; e cultural, na transmissão de saberes locais e na construção de identidades territoriais que resistem à estigmatização externa. Estas dimensões, como veremos adiante, constituem o núcleo da resposta dos jovens à adversidade ambiental.

O conceito de informalidade urbana é aqui entendido não como desvio, mas como um sistema próprio de produção do espaço e da vida económica (Roy, 2005; Mosca, 2010). A informalidade do Bairro Novo não é apenas falha de planeamento, mas resposta funcional a uma estrutura que exclui sistematicamente as populações periféricas dos mecanismos formais de acesso à terra, ao crédito e ao trabalho.

A produção informal do espaço obedece a lógicas próprias: o preço do terreno é determinado pela proximidade aos eixos de circulação e pela menor exposição ao risco. Esta lógica reproduz as desigualdades da cidade: os jovens com mais recursos ocupam zonas elevadas e seguras, enquanto os mais pobres se concentram nas áreas de maior risco.

A economia informal constitui o principal meio de subsistência dos jovens do Bairro Novo. O comércio de rua, o táxi-ciclismo e a agricultura familiar, embora não regulados pelo Estado, obedecem a códigos próprios de acesso, preços e confiança. Como argumenta Mosca (2010), a economia informal não é um sector residual, mas uma componente estrutural das economias africanas, que emprega a maior parte da população ativa.

A articulação destes três conceitos permite propor uma leitura integrada da condição juvenil no Bairro Novo. Os jovens são sujeitos vulneráveis porque habitam um espaço de risco produzido pela exclusão urbana e pela negligência do Estado; são agentes adaptativos porque desenvolvem estratégias de sobrevivência criativas dentro da informalidade; e são atores urbanos porque

as suas práticas quotidianas moldam, e são moldadas por, a relação entre ambiente, território e cidade.

3. O Bairro Novo como território de risco: ambiente, espaço e experiência juvenil

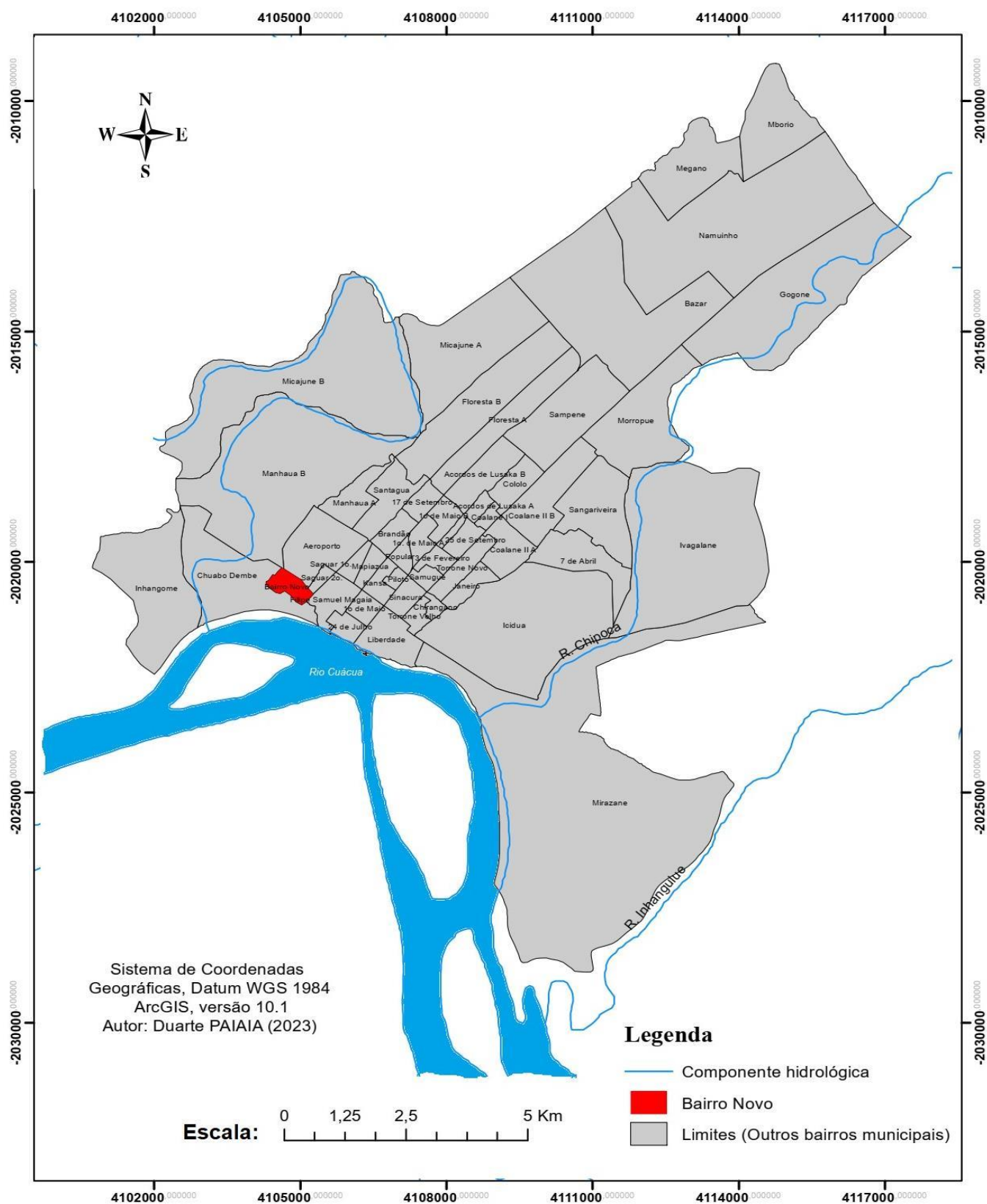
O Bairro Novo localiza-se a sudoeste de Quelimane, numa zona baixa banhada por um braço do rio Cuácua. Com 34,18 hectares, abriga mais de 5.399 habitantes (INE, 2017) em 18 quarteirões, densidade crescente nas últimas duas décadas. A sua origem remonta ao período pós-colonial, quando migrantes deslocados pela guerra civil ocuparam uma área de mangal classificada como inapta para habitação pelos planos de 1984-1985 (Paiaia, 2024), classificação nunca acompanhada de realojamento.

A geografia física é marcada por três elementos: a altitude reduzida torna o bairro suscetível a marés e cheias; os solos argilosos, pouco permeáveis, provocam alagamento rápido; e a destruição do mangal, antigo tampão natural, acelerou a degradação ambiental (COWI, 2020). Com a ausência de drenagem, o Bairro Novo é um dos territórios mais vulneráveis de Quelimane.

Esta origem periférica e informal é central para compreender a condição juvenil no bairro. A maioria dos jovens não escolheu livremente este espaço: chegou por trajetórias familiares marcadas pela migração (como é comum na urbanização moçambicana; Vivet, 2015; Feijó, 2018) e pela impossibilidade de aceder a terrenos mais seguros. Como ilustra o depoimento de Ossufo Alsane, morador do quarteirão L, a lógica que preside à escolha do bairro é a da acessibilidade económica:

Antes de vir aqui no Bairro Novo, eu vivia no bairro Manhaua B, lá eu estava arrendar uma casa e depois vi que não estava ser muito prático, porque viver na casa de renda gasta muito dinheiro. Juntei algum dinheiro e vim adquirir este espaço aqui no bairro Novo para construir a minha própria casa. (Ossufo Alsane, morador do quarteirão L, 2023).

Figura 1. Mapa de localização do Bairro Novo, em Quelimane.



Fonte: Autor (2023)

O preço do espaço é mais baixo porque o risco é mais alto — equação que explica por que os jovens com menos recursos se concentram nos quarteirões mais expostos às inundações. Os quarteirões J a R, mais próximos do rio Cuácua, são habitados sobretudo por famílias de baixa renda: uma geografia do risco que é também uma geografia da desigualdade.

Figura 2. Divisão do bairro em quarteirões



Fonte: Autor (2023)

O risco ambiental manifesta-se de múltiplas formas, afectando os jovens de modo diferenciado consoante localização, género e condição socioeconómica. As inundações sazonais (novembro a abril) alagam os quarteirões do fundo, contaminando água e favorecendo doenças como malária, cólera e diarreia (Siteo, 2017). As marés altas provocam intrusão salina, e os ciclones, sobretudo o Freddy (março de 2023), destroem habitações e meios de subsistência, afetando desproporcionalmente os quarteirões mais vulneráveis (Paiaia, 2025).

Figura 3. Efeitos destrutivos do ciclone Freddy no Bairro Novo



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor (2023)

Figura 5. Efeitos destrutivos do ciclone Freddy no Bairro Novo



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor (2023)

Para os jovens, esta exposição tem implicações diretas: a destruição periódica de bens e habitações obriga a recomeços que consomem poupanças que poderiam ser investidas em educação ou negócios. A contaminação da água gera custos de saúde, e a interrupção das atividades durante as cheias afeta a renda dos jovens do comércio informal e do táxi-ciclismo. Como afirmou Sabrina Andrade, jovem moradora do quarteirão G:

Durante a passagem do ciclone Freddy, a nossa casa perdeu apenas o tecto, mas conseguimos colocar de novo. Os meus vizinhos que estão lá no fundo sofreram muito, por ser a zona mais baixa do bairro. (Sabrina Andrade, 2023)

A exposição diferencial ao risco dentro do próprio bairro é, ela mesma, expressão de desigualdade social. Os jovens com mais recursos habitam os quarteirões mais próximos da Avenida 7 de Julho, com terrenos mais elevados e melhor acesso a serviços; os mais pobres concentram-se nos quarteirões do fundo, onde o risco é maior e as condições de habitabilidade mais precárias.

Para além da exposição física, os jovens vivem uma vulnerabilidade institucional que a amplifica. O acesso à água é limitado e irregular, obrigando os moradores a percorrer longas distâncias até ao bairro Sagar. O Centro de Saúde 24 de Julho enfrenta escassez de medicamentos (Paiaia, 2024), e a Escola Primária Aeroporto Expansão operava, em 2024, com o teto ainda danificado pelo ciclone Freddy.

Esta vulnerabilidade institucional, isto é, a incapacidade ou desinteresse do Estado em garantir direitos básicos nas periferias, é percebida pelos jovens como uma forma de abandono. Nas palavras de Rosa Chimulare, jovem moradora do quarteirão R: "Ninguém se importa connosco. Mesmo o governo não quer nos ajudar. Nós estamos sozinhos só." (Rosa Chimulare, 2024)

Esta percepção reflete décadas de negligência institucional, visível na ausência de investimento público e na exclusão dos jovens dos processos de decisão. O Plano de Estrutura Urbana de 2015 classifica o Bairro Novo como zona não urbanizável sem oferecer alternativa habitacional — contradição entre a norma legal e a realidade social.

4. Capacidade adaptativa: estratégias juvenis de sobrevivência num espaço de risco

A vulnerabilidade socioambiental não se traduz em passividade. Os jovens desenvolvem estratégias adaptativas que lhes permitem habitar, trabalhar e construir vida num espaço que o Estado considera inapto, articulando saberes práticos, redes de solidariedade e economia informal. Esta capacidade manifesta-se em quatro domínios: construção, economia informal, redes de solidariedade e saberes locais.

4.1 A construção como ato de adaptação

Uma das formas mais visíveis de adaptação está nas práticas de construção. Numa área onde os solos argilosos e a proximidade do rio tornam a construção problemática, os jovens desenvolveram técnicas empíricas de mitigação. A prática de “entulhar”, elevar o terreno com lixo e areia antes de construir, é generalizada nos bairros mais baixos (Paiaia, 2024) — resposta engenhosa, embora ambientalmente problemática.

Figura 6. Construção de novas casas ao longo do bairro R - Interior do Bairro



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor (2023)

Figura 7. Construção de novas casas ao longo do quarteirão R – Interior do Bairro



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor (2023)

A construção por etapas permite aos jovens com rendimentos baixos edificar suas casas à medida que acumulam recursos — estratégia de poupança e de ancoramento territorial. Ao construir a casa própria, o jovem afirma o seu direito de permanência num espaço de insegurança fundiária crónica.

As técnicas construtivas locais incluem materiais alternativos, como a madeira de mangal, a palha e a argila. Embora menos duráveis do que o cimento, são mais acessíveis e permitem reconstrução rápida após eventos climáticos, num saber transmitido de geração em geração.

4.2 A economia informal como sustento e adaptação

As atividades económicas dos jovens são, na sua maioria, informais: comércio de rua, táxi-ciclismo e agricultura de subsistência são as três principais fontes de rendimento identificadas na pesquisa. A informalidade não

é escolha, mas imposição estrutural, dado o mercado formal limitado e competitivo de Quelimane.

As jovens vendedoras informais da Avenida 7 de Julho representam um caso paradigmático de capacidade adaptativa feminina. Mulheres como Paula Oliveira, Cíntia Amadeu, Berta Silva e Olga Baltazar constroem os seus negócios a partir de recursos mínimos e redes familiares. A sua presença diária na rua, sob exposição solar e fiscalização municipal, revela persistência que contrasta com a narrativa da vítima passiva. Como afirmou Berta Silva, vendedora com 12 anos de experiência:

Eu venho aqui por volta das 7 horas. Coloco essa sombrinha e começo a vender. Fico até às 12h, hora que saio para almoçar e depois volto e continuo a vender. No período da tarde vendo até 16h ou 17h, dependendo do movimento. (**Berta Silva, 2024**)

Estas vendedoras enfrentam desafios ligados ao ambiente. Durante as cheias, o acesso à Avenida 7 de Julho torna-se mais difícil, reduzindo as vendas, e a contaminação da água durante a época chuvosa afeta a sua saúde e a dos familiares. Apesar disso, desenvolvem estratégias de diversificação, alternando a venda de frutas com refeições prontas ou produtos de higiene, reduzindo a dependência de um único produto.

O táxi-ciclismo é outra forma de adaptação económica ligada às especificidades urbanas de Quelimane. Numa cidade plana, com défice crónico de transporte público, a bicicleta tornou-se o principal meio de transporte coletivo informal. Jovens taxistas como Luís Daniel, Agnaldo Rui e Gabriel Manecas encontraram nesta atividade uma forma de gerar rendimento a partir de um capital inicial reduzido, sem as barreiras do mercado formal.

O táxi-ciclismo é uma resposta adaptativa às falhas do sistema de mobilidade, protagonizada sobretudo por jovens em desemprego. Os operadores organizam-se em clusters informais, com regras de preços e rotas negociadas coletivamente (Mendiate et al., 2022), representando fonte de rendimento estável para muitos jovens (Monteiro & Cambrão, 2021).

No entanto, o táxi-ciclismo é vulnerável aos choques ambientais: durante as cheias, muitas vias tornam-se intransitáveis, reduzindo a procura, e a chuva

intensa danifica as bicicletas. Durante o ciclone Freddy, muitos taxistas perderam as bicicletas e recorreram a empréstimos informais para adquirir novas — sucessivas perdas e recomeços que marcam a condição juvenil no Bairro Novo.

A agricultura de subsistência praticada em zonas periurbanas como Licuar e Mpuruni articula o urbano e o rural. Jovens como Estefânia Barbosa e Mónica Pascoal cultivam para consumo e venda, herança cultural e resposta adaptativa à precariedade económica. Nas suas palavras: *“Tudo que fazemos aqui em casa é graças a machamba.”* (Estefânia Barbosa, 2024).

A agricultura periurbana é particularmente afetada pela intrusão salina causada pelas marés altas e pela destruição do mangal, além das cheias que alagam as zonas de cultivo. As camponesas adaptam-se alternando os cultivos entre épocas secas e chuvosas, usando sementes resistentes à salinidade e técnicas de drenagem artesanal — conhecimento empírico, frequentemente desvalorizado pelas políticas agrícolas oficiais, mas essencial para a sobrevivência das famílias.



4.3 Redes de solidariedade e infraestrutura humana

Para além das estratégias económicas individuais, os jovens desenvolvem redes de solidariedade que funcionam como infraestrutura social substituta dos serviços públicos ausentes — exemplo do que Simone (2004) designa por infraestrutura humana: o conjunto de relações, saberes e práticas coletivas que substituem funcionalmente as infraestruturas físicas inexistentes.

Entre as vendedoras da Avenida 7 de Julho observa-se cooperação quotidiana: quando uma precisa de se ausentar, as vizinhas assumem a gestão da sua banca, entregando-lhe depois o dinheiro das vendas. Esta solidariedade funcional cria laços de confiança e reciprocidade, uma forma de capital social particularmente importante em momentos de crise.

As redes de poupança informal, conhecidas localmente como xitique, são outro mecanismo de solidariedade que os jovens mobilizam para despesas inesperadas ou pequenos investimentos, revelando a capacidade de criar mecanismos de proteção social próprios na ausência de sistemas formais.

Estes grupos operam com regras claras, geridos pelos próprios membros, com elevado grau de organização e confiança mútua.

Em momentos de crise ambiental, como cheias ou ciclones, a solidariedade de vizinhança intensifica-se. Como relatou João Quissanga, jovem morador do bairro:

Quando houve a última enchente em março, alguns vizinhos ajudaram a levantar sacos de areia para proteger as casas mais afetadas. Eu também faço questão de ajudar quando posso, com pequenos reparos nas casas deles. Aqui, nós só temos uns aos outros. (João Quissanga, 2024)

Esta afirmação sintetiza a condição dos jovens do Bairro Novo: num espaço abandonado pelo Estado, a solidariedade não é apenas um valor, é uma necessidade de sobrevivência. As redes de vizinhança funcionam como sistema de alerta precoce, apoio logístico na partilha de ferramentas e materiais, e suporte emocional face ao trauma dos desastres naturais.



4.4 Saberes locais e apropriação do espaço

Os jovens do Bairro Novo são também portadores de saberes locais, frequentemente invisibilizados pela gestão urbana: sabem quais os quarteirões mais vulneráveis, em que épocas o risco é maior e como construir pontes provisórias. Este conhecimento poderia ser articulado com as políticas públicas de gestão de riscos, mas raramente o é.

A divisão do bairro em 18 quarteirões, de A a R, iniciativa do secretário do bairro em 2018, é ela própria uma expressão desta capacidade de auto-organização. Num bairro ausente dos planos de estrutura urbana formais, esta classificação interna representa uma afirmação de existência e permite aos moradores identificar as áreas mais afetadas pelas cheias e coordenar operações de socorro.

Os saberes locais incluem também o conhecimento sobre a fauna e a flora do mangal, embora se perca com a destruição progressiva do ecossistema. Os jovens mais velhos ensinam os mais novos a pescar, complementando a alimentação familiar.

A apropriação simbólica do espaço manifesta-se também na nomeação dos lugares: os moradores dão nomes a áreas do bairro que refletem a sua história, nomes que não constam em nenhum mapa oficial mas são amplamente reconhecidos, constituindo um sistema de referência territorial paralelo — expressão da tensão entre a cidade planeada e a cidade vivida.

5. A ausência do Estado e os seus efeitos sobre a juventude do Bairro Novo

A análise das estratégias de sobrevivência dos jovens seria incompleta sem uma reflexão sobre a ausência do Estado na produção e perpetuação da sua vulnerabilidade. Esta negligência não é acidental: é produto de décadas de políticas urbanas que privilegiaram as zonas centrais e formais em detrimento das periferias informais, reproduzindo um padrão de exclusão que remonta ao período colonial (Araújo, 2003).

O Conselho Autárquico da Cidade de Quelimane (CACQ) assistiu ao crescimento do Bairro Novo durante décadas sem intervir de forma substantiva. A proibição de emissão de DUAT para os quarteirões além do Cemitério Hindu, medida apresentada como contenção do crescimento em zona de risco, não foi acompanhada de qualquer alternativa habitacional. Como reconheceu a técnica do Departamento de Urbanização e Construção do CACQ:

Não houve uma construção lógica no bairro. As pessoas chegavam e construíam suas habitações e à medida que as famílias iam crescendo, eles iam unindo as residências. Não se obedeceu um critério lógico de organização. (**Aida Cristóvão**, 2023)

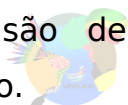
Esta omissão tem consequências diretas: a ausência de titulação formal cria insegurança fundiária que impede o acesso ao crédito, dificulta o investimento nas habitações e inviabiliza a venda do terreno — uma das principais fontes de vulnerabilidade das populações periféricas (Roy, 2005), que ficam sujeitas à ameaça de despejo.

A falta de drenagem adequada amplifica o impacto das cheias, transformando eventos moderados em catástrofes localizadas. A inexistência de espaços públicos qualificados limita a sociabilidade dos jovens, e a

precariedade da educação e da saúde reduz as suas perspectivas de mobilidade social. A escola primária do bairro não oferece ensino secundário, obrigando os jovens a deslocar-se, custo que muitas famílias não podem suportar.

A alternância política municipal, da FRELIMO para o MDM e depois para a RENAMO, entre 1998 e a atualidade, não produziu mudanças substantivas: cada mudança implicou rupturas administrativas e perda de continuidade nas intervenções. Como conclui Macamo (2021), funcionou como redistribuição do poder entre elites, sem romper com a negligência institucional — os jovens são duplamente excluídos, pela condição socioeconómica e pela falta de representação política.

Esta dimensão política da vulnerabilidade é frequentemente subestimada nas abordagens técnicas da gestão de riscos. Tratar as inundações apenas como um problema de engenharia é ignorar que a vulnerabilidade ambiental é produzida socialmente, por escolhas políticas que determinam quem tem direito à cidade. A distribuição desigual dos investimentos públicos e a falta de programas de habitação social são decisões que condenam os jovens periféricos a viver em zonas de risco.



A comparação com outros bairros periféricos, como o Icidua ou o Chuabo Dembe, revela padrões semelhantes de negligência estatal: o Estado limita-se a uma atuação reativa, intervindo apenas após catástrofes. Esta lógica de gestão da catástrofe, em vez de prevenção do risco, é uma característica estrutural da governação urbana em Moçambique.

Face a esta omissão, os jovens do Bairro Novo não permanecem inertes. Para além das estratégias de adaptação já descritas, desenvolvem formas de relacionamento com as estruturas de poder local, como o secretário do bairro, os chefes de quarteirão e os líderes religiosos, que lhes permitem aceder a recursos fora do seu alcance habitual — uma navegação que é, ela própria, uma forma de capacidade adaptativa.

O secretário do bairro desempenha um papel central na mediação com as instituições municipais: transmite informações sobre programas de assistência, organiza listas de beneficiários e representa o bairro junto da autarquia. Os jovens com relação próxima ao secretário têm mais acesso a

estes recursos, o que cria dinâmicas de clientelismo que reproduzem, à escala local, as lógicas de exclusão da política nacional.

Os líderes religiosos desempenham papel importante na organização comunitária e no apoio moral aos jovens. Igrejas e mesquitas funcionam como espaços de acolhimento e mobilização de recursos em momentos de crise; durante o ciclone Freddy, as comunidades religiosas organizaram campanhas de angariação de fundos e distribuição de alimentos, suprimindo temporariamente a ausência de resposta estatal.

Esta dependência de estruturas informais de poder tem limites: os recursos mobilizados são sempre insuficientes face à escala das necessidades, e o acesso a eles está condicionado a relações de lealdade que podem comprometer a autonomia dos jovens — tensão central da sua condição no Bairro Novo.

A pesquisa revelou também que os jovens desenvolvem formas de resistência política que vão além da adaptação quotidiana: participam em associações de moradores, campanhas sobre direitos à cidade e usam as redes sociais para denunciar a negligência estatal. Embora ainda incipientes, estas formas de ativismo indicam uma consciência crescente de que a vulnerabilidade é produzida por escolhas políticas que podem ser contestadas.

A crise pós-eleitoral de 2023-2024, com Quelimane como um dos palcos dos protestos, evidenciou esta consciência política. Muitos jovens participaram nas manifestações, expressando frustração face à exclusão económica e territorial. Como argumenta Tsandzana (2022), a juventude moçambicana tem passado de uma atitude de passividade para uma postura de contestação ativa.

Esta dimensão política é ainda pouco explorada na literatura sobre vulnerabilidade ambiental e urbanização informal, que tende a focar-se nos aspetos técnicos ou económicos, negligenciando a agência política dos jovens. Este artigo procura preencher esta lacuna, mostrando que a vulnerabilidade dos jovens é também política, e que as suas respostas incluem não apenas adaptação, mas também resistência e reivindicação.

Conclusão: jovens como atores climáticos e urbanos em Quelimane

O Bairro Novo de Quelimane é um laboratório vivo das contradições da urbanização contemporânea em Moçambique. Num espaço que o próprio Estado nunca deveria ter permitido habitar, mais de cinco mil pessoas constroem as suas vidas, economias e redes de solidariedade. Os jovens são os principais protagonistas desta construção quotidiana, e a sua condição, simultaneamente vulnerável e estratégica, desafia as categorias que retratam as populações periféricas como vítimas passivas.

Este artigo propôs uma leitura integrada da condição juvenil, articulando três dimensões: a vulnerabilidade socioambiental, produzida pela localização de risco e pela negligência estatal; a capacidade adaptativa, expressa nas estratégias económicas, construtivas e relacionais que os jovens mobilizam para sobreviver; e a informalidade urbana, sistema funcional de produção do espaço que ao mesmo tempo reproduz a exclusão e cria espaços de criatividade e resistência.

A contribuição teórica central deste texto é reposicionar os jovens das periferias urbanas africanas como atores climáticos e económicos ativos, cujas práticas quotidianas constituem formas de adaptação que merecem ser reconhecidas e incorporadas nas políticas públicas. Esta perspectiva não nega a vulnerabilidade dos jovens, mas recusa reduzir a sua condição a ela: os jovens são simultaneamente afetados pela exclusão e agentes da sua própria transformação.

Em Moçambique, como noutros contextos urbanos africanos, os jovens das periferias são frequentemente tratados pelas políticas públicas como receptores passivos de assistência ou fontes de risco social. O caso do Bairro Novo sugere o contrário: os jovens são portadores de saberes locais, capacidades adaptativas e formas de solidariedade que constituem recursos sociais de enorme valor. Ignorá-los é desperdiçar o principal capital que as periferias moçambicanas possuem.

Como assinalado na introdução, este artigo não pode ser lido isoladamente das outras dimensões que estruturam a condição juvenil em Moçambique: a vulnerabilidade climática cruza-se com a ausência de

representação institucional e a precariedade laboral. Ausência do Estado, insegurança fundiária, falta de emprego formal e exposição a riscos ambientais são faces da mesma moeda: a exclusão estrutural das populações periféricas.

As implicações para as políticas de inclusão socioambiental da juventude são claras e urgentes. Formulo quatro recomendações práticas que articulam as dimensões ambiental, política e económica da condição juvenil no Bairro Novo.

Em primeiro lugar, é indispensável garantir a segurança fundiária dos residentes do Bairro Novo e de bairros similares, condição de base para qualquer investimento sustentável na melhoria das condições de vida. A regularização fundiária participativa, com envolvimento ativo dos jovens, reduziria a insegurança que impede o acesso ao crédito, devendo ser simplificada, gratuita e adaptada à realidade dos assentamentos informais.

Em segundo lugar, as intervenções de gestão de riscos devem incorporar o conhecimento local dos jovens, transformando-os de objetos das políticas em sujeitos do seu desenho. A criação de comités juvenis de gestão de riscos, formados para mapear áreas de risco e participar nos planos de contingência, seria uma medida concreta e de baixo custo que fortaleceria a capacidade adaptativa da comunidade.

Em terceiro lugar, o apoio às atividades económicas informais fortaleceria a capacidade adaptativa dos jovens a longo prazo. Programas de microcrédito com condições flexíveis permitiriam a vendedores, taxistas e agricultores recuperar mais rapidamente dos choques climáticos, acompanhados de formação em construção resiliente e gestão de negócios.

Em quarto lugar, é necessário incluir a educação ambiental e a gestão de riscos nas abordagens escolares, integrando os saberes locais dos jovens. Esta medida formaria uma geração mais consciente dos desafios ambientais, transformando a escola num espaço de empoderamento.

Para além destas recomendações, é fundamental uma mudança de atitude do Estado e das instituições de governação urbana: a vulnerabilidade dos jovens do Bairro Novo não é natural, mas resultado de escolhas políticas que privilegiam o centro em detrimento da periferia. Reconhecer os jovens

como atores e portadores de soluções, e não como problemas, é o primeiro passo para uma política urbana mais justa.

O Bairro Novo não é apenas um problema urbano: é também uma manifestação da criatividade e da resiliência de uma juventude que, na ausência do Estado, aprendeu a construir o seu próprio direito à cidade. Os jovens não são apenas sobreviventes das crises: são construtores de alternativas e protagonistas de um futuro que insistem em construir com as suas próprias mãos.

Referências

Araújo, Manuel G. M. "Os Espaços Urbanos em Moçambique." *GEOUSP Espaço e Tempo*. 2003. 165-182.

Cleaver, Frances. *Development through Bricolage: Rethinking Institutions for Natural Resource Management*. London: Routledge. 2012.

COWI. *Diagnóstico integrado de infraestruturas e serviços básicos para os municípios da província de Zambézia*. Relatório de diagnóstico. Município de Quelimane. Maputo: Ministério da Administração Estatal e Função Pública. 2020.

Custódio, V., e J. M. Maloa. "A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação." *Geousp – Espaço e Tempo* (2018): 8-24.

Feijó, João. 2018. "Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos." In *Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos*, editado por João Feijó e Inês Macamo Raimundo. Maputo: PubliFix Edições.

Giddens, Anthony. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press. 1984.

INE. *Dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística. 2017.

Macamo, Lúcia Augusto Domingos. *Da alternância do poder local à descontinuidade político-administrativa na gestão municipal: o caso do*

Município de Quelimane (2011–2021). Monografia de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane. 2021.

Melo, Vanessa de Pacheco. *A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo.* Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa. 2015.

Mendiate, C. J., A. Nkurunziza, F. Mendonça, e P. Vicente. 2022. *Clusters of Bicycle Taxi Operators and their Main Service Operation Patterns: Case Study of Quelimane, Mozambique.* East African Journal of Science, Technology and Innovation, 2022.

Monteiro, G., e P. Cambrão. "Táxis-Bicicleta e o Desenvolvimento Sócio-económico da Cidade de Quelimane." *REID – Revista Eletrónica de Investigação e Desenvolvimento* 1 (12), 2021.

Mosca, João. "Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento." In *II Conferência do IESE: Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique.* Maputo: IESE, 2010.

Muacuveia, Reginaldo R. Moreno. *Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planeamento urbano na ocupação do espaço.* Tese de Doutoramento, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

Paiaia, Duarte Januário. *História do povoamento do Bairro Novo de Quelimane. Condições de vida dos moradores e suas implicações socioambientais, política urbana do Conselho Municipal.* Dissertação de M1, Université Paris VIII, 2024.

Paiaia, Duarte Januário. *Urbanização informal numa zona de risco ambiental e estratégias de sobrevivência: o caso do Bairro Novo na cidade de Quelimane.* Dissertação de M2, Université Paris VIII, 2025.

Roy, Ananya. "Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning." in *Journal of the American Planning Association* 71 (2) 2005: 147–158.

Simone, AbdouMalik. *People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg.* Public Culture 16 (3): 2004: 407–429.

Sitoe, Gina A. Albino. *Risco e vulnerabilidades socioambientais à malária em Quelimane – Zambézia, Moçambique.* Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2017.

Tsandzana, Dércio. "Juventude e participação política em Moçambique." In *Dinâmicas Sociais em Moçambique*, editado por Paulo Serra. Maputo: Escolar Editora, 2022.

Vivet, Jeanne. *Os deslocados de guerra em Maputo – Percursos migratórios, "cidadinização" e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores, 2015.

Wisner, Ben, Piers Blaikie, Terry Cannon, e Ian Davis. *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters*. 2nd ed. London: Routledge. 2004.

Recebido em: 14/02/2026

Aceito em: 04/08/2026

Para citar este texto (ABNT): PAIAIA, Duarte Januário. Juventude e vulnerabilidade ambiental no “Bairro Novo” de Quelimane: entre a exposição ao risco e a capacidade adaptativa. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº Especial 4, p. 149-171, set.2026.

Para citar este texto (APA): Paiaia, Duarte Januário (set.2026). Juventude e vulnerabilidade ambiental no “Bairro Novo” de Quelimane: entre a exposição ao risco e a capacidade adaptativa. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (Especial 4): 149-171.